



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

---

**Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG**

**RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO – 2022  
FUNSEG**

---



**Estado do Ceará  
Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça**

Fortaleza, maio de 2023



## SUMÁRIO

1	DESCRIÇÃO GERAL	03
2	MISSÃO	07
3	FINALIDADE	07
4	COMPETÊNCIAS	07
5	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	09
6	AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL	10
7	INDICADORES DE GESTÃO E DESEMPENHO	32
8	RESULTADOS DO PPA 2020-2023	46
9	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	55
10	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO	57



## **DESCRIÇÃO GERAL, MISSÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS**

### **1 DESCRIÇÃO GERAL**

A partir de determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que por meio da Resolução nº 104/2010 estabeleceu a criação de Fundo de Segurança do Judiciário para dar suporte financeiro à implantação do Plano de Segurança e Assistência aos Juízes colocados em situação de risco em razão da sua atividade jurisdicional, com o fito de garantir a implementação do plano de segurança do Poder Judiciário do Estado do Ceará, foi criado em 4 de maio de 2012, por meio da Lei Estadual nº 15.145, o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG).

O FUNSEG é o órgão gestor de recursos diretamente arrecadados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com as seguintes aplicações:

- I - construção, reforma, ampliação e aprimoramento das sedes da Justiça Estadual, visando a proporcionar adequada segurança física e patrimonial aos magistrados;
- II - manutenção dos serviços de segurança;
- III - formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço de segurança dos magistrados;
- IV - aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especiais imprescindíveis à segurança dos magistrados;
- V - participação de representantes oficiais em eventos científicos sobre segurança de autoridades, realizados no Brasil ou no exterior; e
- VI - atividades relativas à sua própria gestão, excetuando-se despesas com os servidores já remunerados pelos cofres públicos.

Suas fontes de receitas são:

- I - de 3 a 6% (três a seis por cento) do produto da arrecadação das custas judiciais, percentual a ser definido em ato da Administração do Tribunal, na forma do art. 9º desta Lei;
- II - créditos consignados no orçamento do Estado e em leis especiais;
- III - doações, contribuições em dinheiro, valores, bem móveis e imóveis, que o FUNSEG venha a receber de organismos ou entidades nacionais e estrangeiras;
- IV - rendimentos de depósitos bancários e outras aplicações financeiras de suas próprias



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

contas;

V - até 100% (cem por cento) dos rendimentos obtidos a título de *spread* das contas de precatórios judiciais, destinados ao Tribunal de Justiça do Estado (art. 8º- A da Resolução CNJ 115, de 29 de junho de 2010), percentual a ser definido em ato da Administração, inclusive com relação aos saldos já acumulados na data de vigência da Resolução do CNJ 115;

VI - produtos das multas contratuais, cauções ou depósitos que reverterem a crédito do Poder Judiciário, oriundas das despesas realizadas pelo FUNSEG;

VII - receitas provenientes da alienação de bens e materiais inservíveis, adquiridos mediante doação ou com recursos do Fundo;

VIII - 20% (vinte por cento) do produto da utilização do aluguel e instalações dos Fóruns do Poder Judiciário Estadual;

IX - os recursos provenientes das multas por ato atentatório ao exercício da jurisdição, nos termos da legislação processual;

X - outras fontes de financiamento, definidas em lei.

A depender do campo de atuação, o Judiciário brasileiro se divide em cinco segmentos: Justiça Federal, Estadual, Eleitoral, Trabalhista e Militar.

Os cinco segmentos do Poder Judiciário nacional, podem, ainda, ser analisados sob a perspectiva da seguinte classificação: Justiças especializadas e Justiça comum. As especializadas referem-se à Justiça Trabalhista, Eleitoral e Militar, estando suas competências previstas, respectivamente, nos artigos 114, 121 e 124 da Constituição Federal. A Justiça comum subdivide-se em Justiça Federal e Justiça Estadual. A Justiça Federal atua na solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais. Já a Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal. Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

No Estado do Ceará, o Poder Judiciário é identificado pelas seguintes unidades:



## **1.1 Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

O Tribunal de Justiça é o órgão do Poder Judiciário com atuação em todo o território cearense e com a devida competência para decidir, via de regra, em 2º grau de jurisdição, as questões relativas à Justiça Comum Estadual. O Tribunal de Justiça, por maioria absoluta dos seus membros efetivos e por votação secreta, elege, dentre os desembargadores mais antigos, os ocupantes dos cargos de direção, cujos mandatos são de dois anos. Os três desembargadores mais votados ocupam, respectivamente, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e de Corregedor-Geral da Justiça.

## **1.2 Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará**

De acordo com o artigo 39 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei Estadual nº 16.397/2017, alterada pela Lei Estadual nº 17.743/2021), "a Corregedoria Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, será exercida em todo o Estado por um desembargador com denominação de Corregedor-Geral da Justiça". A Corregedoria também se responsabiliza por orientar, disciplinar e fiscalizar a administração da Justiça de 1º grau, zelando pela eficiente prestação jurisdicional ao cidadão cearense.

No exercício de suas missões institucionais, são realizadas correições – gerais ou parciais – e inspeções nas comarcas e nas serventias judiciais e extrajudiciais da Capital e do Interior do Estado. As inspeções das serventias extrajudiciais ocorrem sobre os cartórios. No período correicional, é verificado se as varas judiciais e os cartórios prestam um serviço satisfatório à comunidade.

Também são funções da Corregedoria: apurar procedimentos administrativos contra juízes e, se necessário, remetê-los ao Tribunal Pleno; desenvolver ações voltadas para a melhoria dos serviços da Justiça e, ainda, orientar magistrados e servidores na busca de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

## **1.3 Fórum Clóvis Beviláqua**

No Fórum da Capital – Clóvis Beviláqua – funcionam, atualmente, 125 varas. Desse total, observa-se uma distribuição em diversas competências judiciais, quais sejam: Família, Cível, Sucessões, Fazenda Pública, Recuperação de Empresas e Falências, Registros Públicos, Execuções



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária, da Infância e da Juventude, Criminal, Júri, Delitos de Tráficos de Drogas, Delitos de Organizações Criminosas, Execuções de Penas Alternativas e Habeas Corpus, Execuções Criminais e Juízo Militar.

### 1.4 Fóruns das Comarcas do Interior

O Poder Judiciário está presente em todos os 184 Municípios do Estado do Ceará, ao todo são 105 Comarcas Sede e 229 unidades judiciárias. As Comarcas do Judiciário cearense são classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final.

### 1.5 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs)

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são regidos pela Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 e pela Lei Estadual nº 12.553, de 27 de dezembro de 1995. Foram criados no intuito de dar agilidade às soluções de conflitos, contribuindo para o descongestionamento da Justiça. Atingem as demandas de menor complexidade, denominadas de "pequenas causas".

Os Juizados Especiais possuem competência para processar e julgar causas cíveis de até quarenta salários mínimos e infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes para os quais a lei prevê pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

Na Comarca de Fortaleza, existem 24 (vinte e quatro) Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Já no restante do Estado, outras 10 (dez) unidades de Juizados Especiais Cíveis e Criminais podem ser encontradas nas comarcas de Caucaia, Crato, Iguatu, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Quixadá e Tauá.

### 1.6 Fórum das Turmas Recursais

O Fórum das Turmas Recursais – Professor Dolor Barreira – é composto por seis unidades (turmas), cada uma delas formada por três juízes de direito, sendo três delas provisórias com vistas a esforço concentrado para redução do acervo processual. São competentes para julgar os recursos interpostos no âmbito dos processos que tramitam em qualquer dos Juizados instalados no Estado do



Ceará, funcionando como o 2º grau de jurisdição em tais demandas.

### **1.7 Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec)**

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, criada pela Lei Estadual nº 11.203, de 17 de junho de 1986, destina-se à preparação e ao aperfeiçoamento acadêmico de magistrados e servidores do Poder Judiciário cearense. Cuida-se de um órgão auxiliar e permanente do Tribunal de Justiça do Estado, credenciado ao Conselho de Educação do Ceará para oferecer cursos de pós-graduação (especializações). A Esmec se ocupa da formação, reciclagem e permanente atualização dos magistrados e servidores, estimulando a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes.

## **2 MISSÃO**

O Poder Judiciário do Estado do Ceará tem como missão precípua, expressa nos termos do Plano Estratégico 2021-2030, aprovado em fevereiro de 2021 pelo Órgão Especial, “*garantir direitos para realizar justiça no Ceará*”.

## **3 FINALIDADE**

O Poder Judiciário possui por função típica a prestação da atividade jurisdicional, que consiste na capacidade de solucionar casos e conflitos concretos, interpretando e aplicando as regras constitucionais e as leis. A Constituição de 1988 conferiu ao Judiciário importante papel na concretização do Estado Democrático de Direito, na medida em que a sua principal finalidade reside na proteção da ordem constitucional e dos direitos fundamentais, com o objetivo de se alcançar uma sociedade livre, justa e solidária.

## **4 COMPETÊNCIAS**

A Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal (solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

empresas públicas federais). Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

As competências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará estão previstas nos artigos 102 e 108 da Constituição do Estado do Ceará e nos artigos 32 a 36 da Lei 12.342/94 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará).



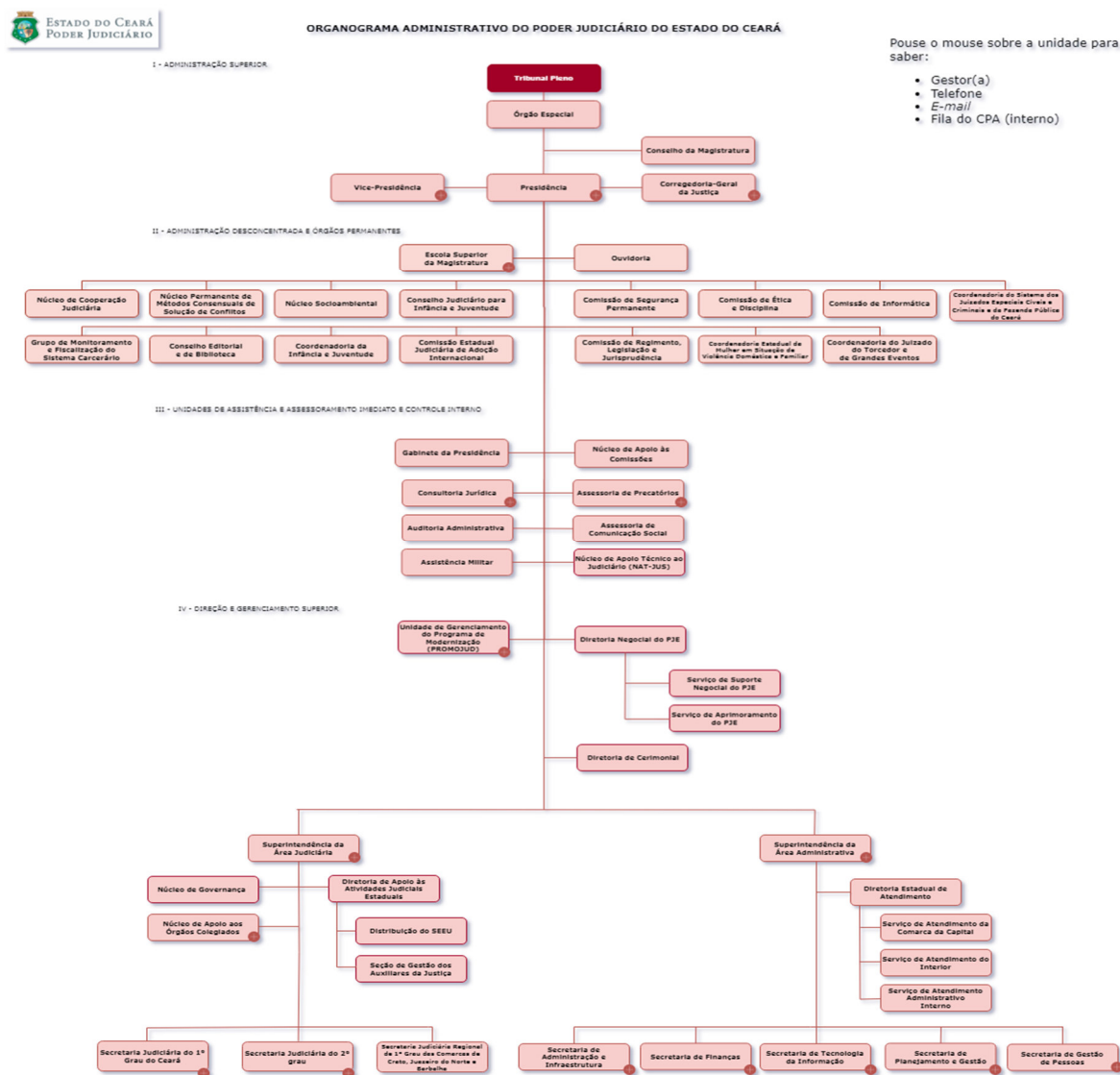


## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

### ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional reflete o descrito na Lei Estaduais nº 16.208, de 3 de abril de 2017, alterada pela nº 16.505, de 22 de fevereiro de 2018 e complementada pelas Resoluções do Pleno do TJCE que versam sobre reestruturações administrativas.

Recomenda-se a visualização do Organograma Administrativo do Poder Judiciário do Estado do Ceará na versão em .html disponível no seguinte link:  
<https://www.tjce.jus.br/institucional/organogramas-e-competencias/>





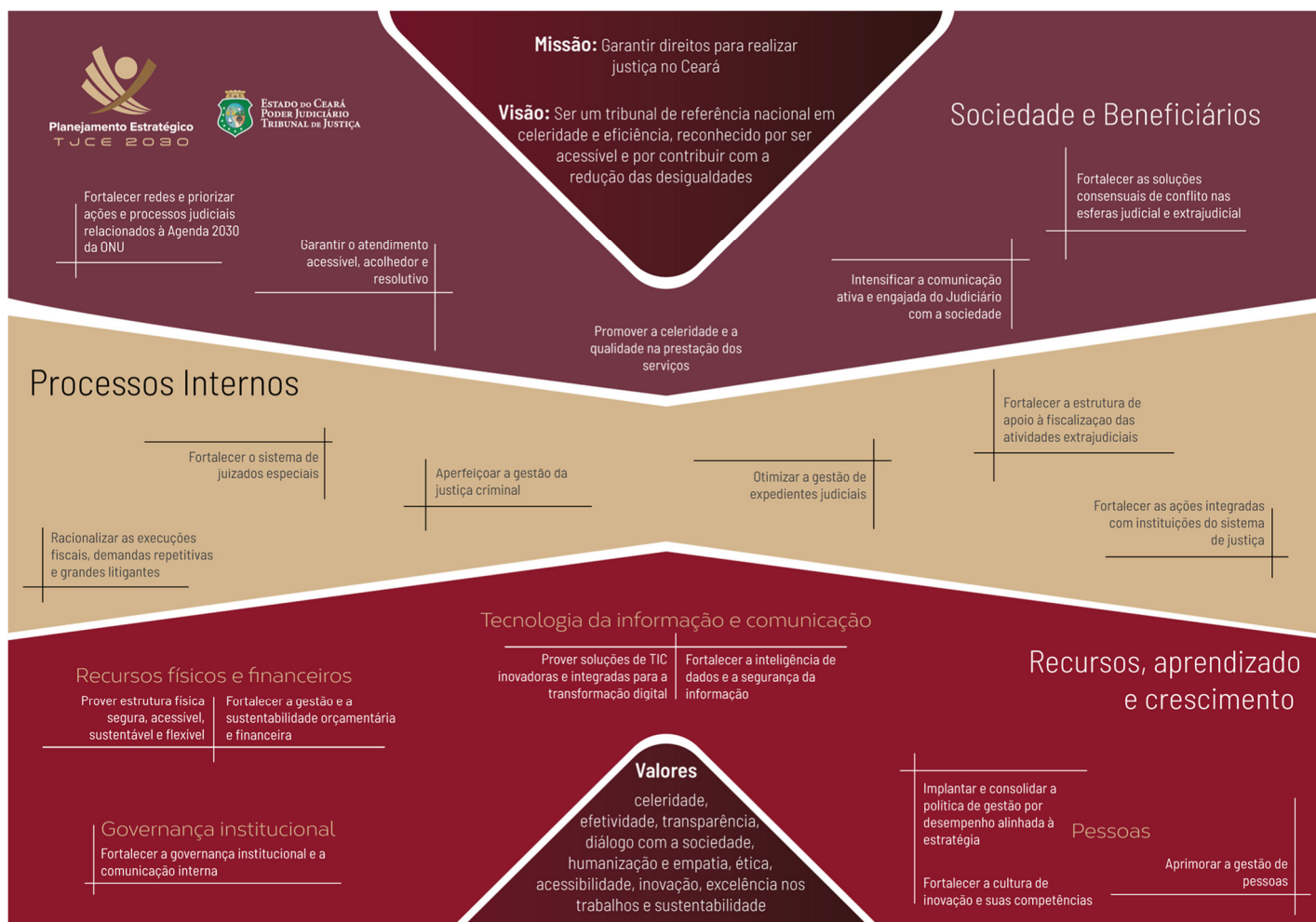
## **AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL**

O Plano Estratégico do TJCE 2021-2030 foi aprovado pela Resolução do Órgão Especial nº 07, de 18 de fevereiro de 2021. A construção do Plano contou com a realização de 13 (treze) oficinas colaborativas, divididas entre 3 (três) etapas: Diagnóstico e análise organizacional, Formulação Estratégica e Alinhamento Estratégico, as quais contaram com a participação de mais de cinquenta integrantes do Poder Judiciário, dentre eles magistrados de primeiro e segundo grau e servidores, cujas deliberações foram validadas pela presidência e vice-presidência do TJCE, Corregedoria Geral de Justiça, Escola da Magistratura do Ceará, Juízes Auxiliares e as Superintendências Administrativa e Judiciária.

Seguindo a metodologia *Balanced Scorecard*, o Plano Estratégico do Judiciário cearense 2021-2030 é representado por meio do Mapa Estratégico do Poder Judiciário, o qual apresenta 19 (dezenove) objetivos balanceados em 3 (três) perspectivas (Recursos, Aprendizado e Crescimento; Processos Internos; Sociedade e Beneficiários). O acompanhamento da execução dos projetos, das metas e dos indicadores do Plano Estratégico 2021-2030 é competência da Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG



**I - Missão:** Garantir direitos para realizar justiça no Ceará.

**II - Visão:** Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.

**III - Valores:**

- Celeridade;
- Efetividade;
- Transparência;
- Diálogo com a sociedade;
- Humanização e empatia;
- Ética;
- Acessibilidade;
- Inovação;
- Excelência nos trabalhos; e



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

- Sustentabilidade.

### IV – Objetivos estratégicos distribuídos em três perspectivas:

#### a) Sociedade e Beneficiários:

1. Fortalecer redes e priorizar ações e processos judiciais relacionados à Agenda 2030 da ONU;
2. Garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo;
3. Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços;
4. Intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade;
5. Fortalecer as soluções consensuais de conflito nas esferas judicial e extrajudicial.

#### b) Processos Internos:

1. Racionalizar as execuções fiscais, demandas repetitivas e grandes litigantes;
2. Fortalecer o sistema de juizados especiais;
3. Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal;
4. Otimizar a gestão de expedientes judiciais;
5. Fortalecer a estrutura de apoio à fiscalização das atividades extrajudiciais;
6. Fortalecer as ações integradas com instituições do sistema de justiça.

#### c) Recursos, Aprendizado e Crescimento:

1. Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna;
2. Prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível;
3. Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira;
4. Prover soluções de TIC inovadoras e integradas para a transformação digital;
5. Fortalecer a inteligência de dados e a segurança da informação;
6. Implantar e consolidar a política de gestão por desempenho alinhada à estratégia;
7. Fortalecer a cultura de inovação e suas competências;
8. Aprimorar a gestão de pessoas.

### V - Fichas de Indicadores (Plano Estratégico 2021 – 2030)

Indicador 01: Sentenças por casos novos	
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.
Descrição do indicador	O indicador mensura a quantidade de julgamentos de processos de conhecimento em relação à quantidade de casos novos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.
Frequência de medição	Mensal
Como medir	$(\text{sentenças proferidas} / \text{casos novos}) \times 100$
Responsável pelos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

<b>Linha de base</b>	105,50% (2019)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, o percentual de 115,76% entre processos julgados e processos distribuídos.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	106,55%	109,20%	110,27%	111,35%	113,54%	115,76%
<b>Gestor das Metas</b>	Corregedoria-Geral de Justiça					

<b>Indicador 02: Índice de atendimento à demanda</b>						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos no mesmo período.					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	$(\text{número de processos baixados} / \text{número de casos novos}) \times 100$					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	110,03% (2019)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, o percentual de 126,04% de relação entre o número de processos baixados e o número de processos novos.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	113,05%	118,90%	120,07%	121,24%	123,62%	126,04%
<b>Gestor das Metas</b>	Corregedoria-Geral de Justiça					

<b>Indicador 03: Sentenças por magistrado</b>	
<b>Objetivo Estratégico</b>	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.
<b>Descrição do indicador</b>	Mede a relação entre o volume de sentenças proferidas e o número de magistrados que atuaram no período.
<b>Frequência de medição</b>	Mensal
<b>Como medir</b>	$(\text{Número de sentenças} / \text{número de magistrados})$



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	1.126 (2020)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, o índice médio de 1.325,92 sentenças para cada magistrado.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	1.172	1.231	1.236	1.249	1.286	1.325
<b>Gestor das Metas</b>	Corregedoria-Geral de Justiça					

<b>Indicador 04: Índice de Produtividade por Magistrado (IPM)</b>						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede a relação entre o volume de processos baixados e o número de magistrados que atuaram no período.					
<b>Frequência de medição</b>	Mensal					
<b>Como medir</b>	(Número de processos baixados / número de magistrados)					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	1.164 (2020)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, o quantitativo médio de 1.504 processos baixados por magistrado.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	1.164	1.195	1.240	1.300	1.392	1.504
<b>Gestor das Metas</b>	Corregedoria-Geral de Justiça					

<b>Indicador 05: Taxa de congestionamento</b>	
<b>Objetivo Estratégico</b>	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual de processos que não são finalizados no ano.
<b>Frequência de medição</b>	Mensal



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

<b>Como medir</b>	Pendentes de baixa / (pendentes de baixa + total de baixados)					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	70,10% (2020)					
<b>Descrição da Meta</b>	Reduzir, até 2026, a taxa de congestionamento do TJCE, para 59,80%.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	69,93%	68,73%	67,23%	65,23%	62,63%	59,80%
<b>Gestor das Metas</b>	Corregedoria-Geral de Justiça					

Indicador 06: Índice de unidades judiciárias certificadas no modelo "+ Gestão"						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual de unidades judiciárias aderentes ao modelo de gestão da qualidade "+ Gestão" em cada ciclo anual.					
<b>Frequência de medição</b>	Anual					
<b>Como medir</b>	(Unidades judiciárias certificadas no ciclo anual / Total de unidades judiciárias) x 100 Obs: Valores não cumulativos.					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	1,0% (2020)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, o percentual de 10,2% das unidades certificadas em ciclo anual do "+Gestão"					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	2,3%	4,5%	6,8%	7,9%	9,0%	10,2%
<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					

Indicador 07: Índice de satisfação com o atendimento	
<b>Objetivo Estratégico</b>	Garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

<b>Descrição do indicador</b>	Mede o grau de satisfação do cidadão com o atendimento prestado pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
<b>Frequência de medição</b>	Anual					
<b>Como medir</b>	Média dos resultados positivos na seção “atendimento” das pesquisas respondidas.					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	66% (2021)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, 81% de satisfação da sociedade com relação ao atendimento prestado pelo TJCE.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	68%	70%	73%	76%	81%
<b>Gestor das Metas</b>	Diretoria Estadual de Atendimento					

<b>Indicador 08: Índice de transparência</b>	
<b>Objetivo Estratégico</b>	Intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o desempenho do TJCE no prêmio CNJ de Qualidade no eixo de transparência.
<b>Frequência de medição</b>	Anual
<b>Como medir</b>	$(\text{Total de pontos concedidos} / \text{Total de pontos possíveis}) \times 100$
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento, Ouvidoria, Assessoria de Comunicação Social, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Finanças, Comissão Permanente de Contratação, Coordenadoria Central de Contratos e Convênios, Secretaria de Gestão de Pessoas, Auditoria Interna, Núcleo Socioambiental
<b>Linha de base</b>	65,0% (2020)
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, o percentual de 90% de pontos possíveis no prêmio CNJ de Qualidade no eixo transparência.





## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	75,0%	79,2%	83,3%	85,8%	87,5%	90,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Planejamento e Gestão					

Indicador 09: Índice de qualidade e efetividade da comunicação ativa do Judiciário						
Objetivo Estratégico	Intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade					
Descrição do indicador	Mede a satisfação do público externo com a comunicação ativa do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos na pesquisa de satisfação com a comunicação externa.					
Responsável pelos dados	Assessoria de Comunicação Social					
Linha de base	Linha de base será calculada em 2022					
Descrição da Meta	A definir					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	Criar e aplicar pesquisa voltada à avaliação da comunicação externa.	-	-	-	-
Gestor das Metas	Assessoria de Comunicação Social					

Indicador 10: Percentual de cumprimento do projeto estratégico “Implantação da Rede Institucional ODS 2030”	
Objetivo Estratégico	Fortalecer redes e priorizar ações e processos judiciais relacionados à Agenda 2030 da ONU



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

<b>Descrição do indicador</b>	Avalia se as entregas previstas no escopo do projeto estratégico “Implantação da Rede Institucional ODS 2030” foram entregues conforme planejamento.					
<b>Frequência de medição</b>	Trimestral					
<b>Como medir</b>	(Total de atividades do realizadas no período / Total de atividades do projeto planejadas para o período) x 100					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	N/D					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, anualmente, o percentual de 90% de entregas concluídas no projeto estratégico “Implantação da Rede Institucional ODS 2030”.  Obs: Indicador válido até 2022.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	90%	90%	-	-	-	-
<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					

<b>Indicador 11: Índice de efetividade das inspeções extrajudiciais</b>	
<b>Objetivo Estratégico</b>	Fortalecer a estrutura de apoio à fiscalização das atividades extrajudiciais
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual de efetividade das inspeções extrajudiciais realizadas pelos Juízes Corregedores Permanentes em conformidade com os provimentos ou sistemas informatizados no que diz respeito às inconformidades relatadas nas inspeções extrajudiciais que são resolvidas.
<b>Frequência de medição</b>	Anual
<b>Como medir</b>	(total de inconsistências informadas como resolvidas em relatórios finais de inspeção do período / total de inconsistências informadas nos relatórios iniciais de inspeção do período) x 100
<b>Responsável pelos dados</b>	Corregedoria-Geral da Justiça



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

<b>Linha de base</b>	77,4% (2021)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, 90% de efetividade das inspeções extrajudiciais.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	78%	80%	83%	87%	90%
<b>Gestor das Metas</b>	Corregedoria-Geral da Justiça					

<b>Indicador 12: Índice de governança em gestão de pessoas</b>						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o aprimoramento da Gestão de Pessoas por meio da implantação de práticas de governança em gestão de pessoas (instrumento de avaliação GovPessoas).					
<b>Frequência de medição</b>	Anual					
<b>Como medir</b>	% de atendimento ao questionário Gov Pessoas					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas					
<b>Linha de base</b>	61% (2021)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, 90% de atendimento ao questionário GovPessoas.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	70%	75%	80%	85%	90%
<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas					

<b>Indicador 13: Índice de governança do Judiciário</b>	
<b>Objetivo Estratégico</b>	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o desempenho do TJCE no prêmio CNJ de Qualidade no eixo de governança.
<b>Frequência de medição</b>	Anual



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

<b>Como medir</b>	(Total de pontos concedidos / Total de pontos possíveis) x 100					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					
<b>Linha de base</b>	75% (2021)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, o percentual de 90% de pontos possível no eixo de governança no prêmio CNJ de qualidade.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	77%	80%	83%	86%	90%
<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Planejamento e Gestão					

<b>Indicador 14: Índice de atendimento às recomendações e determinações dos controles interno e externo</b>						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual de aderência das unidades às recomendações do controle interno e às determinações/recomendações do controle externo.					
<b>Frequência de medição</b>	Anual					
<b>Como medir</b>	(número de recomendações e determinações atendidas no ano / número total de recomendações e determinações realizadas no ano anterior) x 100					
<b>Responsável pelos dados</b>	Auditoria Interna					
<b>Linha de base</b>	61,47% (2021)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, o percentual de 70% de aderência das unidades às recomendações do controle interno e às determinações/recomendações do controle externo.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	62%	64%	66%	68%	70%
<b>Gestor das Metas</b>	Auditoria Interna					



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

Indicador 15: Índice de satisfação com a comunicação interna						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna					
<b>Descrição do indicador</b>	Avalia o nível de satisfação do público interno com a comunicação institucional.					
<b>Frequência de medição</b>	Anual					
<b>Como medir</b>	Média dos resultados positivos (avaliações positivas “ótimo” ou “bom”) das pesquisas de satisfação com a comunicação interna respondidas.					
<b>Responsável pelos dados</b>	Assessoria de Comunicação Social					
<b>Linha de base</b>	75,95% (2021)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, o percentual de 81% de satisfação com a comunicação interna.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	76%	77%	79%	80%	81%
<b>Gestor das Metas</b>	Assessoria de Comunicação Social					

Indicador 16: Índice de conclusão do Ciclo de Avaliação de Desempenho	
<b>Objetivo Estratégico</b>	Implantar e consolidar a política de gestão por desempenho alinhada à estratégia
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual de servidores aptos avaliados no ciclo de avaliação de desempenho.
<b>Frequência de medição</b>	Anual
<b>Como medir</b>	$(\text{Número de servidores que concluíram todas as etapas do ciclo} / \text{Número total de servidores aptos para avaliação no ciclo}) \times 100$
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas
<b>Linha de base</b>	85% (2021)
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, 94,5% de servidores avaliados no ciclo de avaliação de desempenho.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	92,5%	93,0%	93,5%	94,0%	94,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

Indicador 17: Índice de promoção da cultura de inovação						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a cultura de inovação e suas competências					
Descrição do indicador	Avalia a quantidade e o alcance das ações promovidas (palestras, cursos e oficinas) pelo Laboratório de Inovação.					
Frequência de medição	Trimestral					
Como medir	$\{[(\text{Total de ações realizadas no período} / \text{Total de ações previstas para o período}) + (\text{Número de participantes} / \text{Total de participantes previstos})] / 2\} \times 100$					
Responsável pelos dados	Laboratório de Inovação					
Linha de base	N/D					
Descrição da Meta	Alcançar, anualmente, 100% das metas de ações promovidas pelo Laboratório de Inovação e de participantes.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta Ações	-	6	8	12	15	15
Metas participantes	-	600	750	800	1000	1100
Gestor das Metas	Laboratório de Inovação					

Indicador 18: Índice de aprimoramento de magistrados	
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas
Descrição do indicador	Mede o percentual de magistrados capacitados em cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) com, no mínimo, 40h de formação.
Frequência de medição	Mensal



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

<b>Como medir</b>	(nº de magistrados que tiveram no mínimo 40h de capacitações credenciadas pela ENFAM / nº total de magistrados) x 100					
<b>Responsável pelos dados</b>	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					
<b>Linha de base</b>	37% (2021)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar 46% de magistrados capacitados no ano em cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) com, no mínimo, 40h de formação, até 2026.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	38%	40%	42%	43%	46%
<b>Gestor das Metas</b>	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					

Indicador 19: Percentual de servidores capacitados						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Aprimorar a gestão de pessoas					
<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual de servidores capacitados no ano em, no mínimo, 20 horas-aula.					
<b>Frequência de medição</b>	Bimestral					
<b>Como medir</b>	(número de servidores capacitados no período / total de servidores) x 100					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas					
<b>Linha de base</b>	16% (2021)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, 40% de servidores capacitados no ano em, no mínimo, 20 horas-aula.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	20%	25%	30%	35%	40%
<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Indicador 20: Índice de clima organizacional						
<b>Objetivo Estratégico</b>	Aprimorar a gestão de pessoas					



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

<b>Descrição do indicador</b>	Mede o percentual de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional para desenvolvimento dos trabalhos, em pesquisa institucional aplicada.					
<b>Frequência de medição</b>	Bianual					
<b>Como medir</b>	(número de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional na pesquisa aplicada / número total de servidores pesquisados) x 100					
<b>Responsável pelos dados</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas					
<b>Linha de base</b>	78,72% (2020)					
<b>Descrição da Meta</b>	Alcançar, até 2026, 87% de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional na pesquisa aplicada, dentre servidores pesquisados.					
<b>Metas anuais</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>
	-	81%	-	84%	-	87%
<b>Gestor das Metas</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas					

\*Indicadores publicados através da Portaria nº 872/2022, em 27/04/2022.

### VI - Resultados do Plano Estratégico 2021-2030

Nº	Indicador	Meta 2022	Resultado 2022	Evolução
1	Sentenças por casos novos	109,20%	115%	
2	Índice de atendimento à demanda (IAD)	118,90%	106,98%	
3	Sentença por magistrado	1.231	1.396	
4	Índice de produtividade do magistrado	1.195	1.298	
5	Taxa de congestionamento	68,73%	67,34%	
6	Índice de unidades judiciárias certificadas no modelo "+ Gestão"	4,50%	Sem apuração (Ciclo do "+ Gestão" 2022 em andamento)	-
7	Índice de satisfação com o atendimento	68%	67,10%	





## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

8	Índice de transparência	79,20%	75%	✓
9	Índice de qualidade e efetividade da comunicação ativa do Judiciário	-	86,70%	✓
10	Percentual de cumprimento do projeto estratégico “Implantação da Rede Institucional ODS 2030”	90%	84%	✓
11	Índice de efetividade das inspeções extrajudiciais	78%	47,61%	●
12	Índice de governança em gestão de pessoas	70%	68,27%	✓
13	Índice de governança do Judiciário	77%	73,19%	✓
14	Índice de atendimento às recomendações e determinações dos controles interno e externo	62%	81%	✓
15	Índice de satisfação com a comunicação interna	76%	73,50%	✓
16	Índice de conclusão do Ciclo de Avaliação de Desempenho	92,50%	84,20%	✓
17	Índice de promoção da cultura de inovação	6 ações / 600 participantes	5 ações / 300 participantes	●
18	Índice de aprimoramento de magistrados	38%	43,11%	✓
19	Percentual de servidores capacitados	20%	20,91%	✓
20	Índice de clima organizacional	81%	82,31%	✓

\*Resultados dos indicadores estratégicos aprovados pela Presidência em 2021.



**Meta com cumprimento acima de 90%**



**Meta com cumprimento acima de 50% a 90%**



**Meta com cumprimento abaixo de 50%**

## **VII – Avaliação e medição de projetos**

Os projetos estratégicos são empreendimentos temporários para o alcance dos objetivos e das metas institucionais, executados pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará e monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP), vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), o qual foi criado por meio da Resolução do Órgão Especial nº 13, de 20 de dezembro de 2011. Institucionalmente as figuras que se envolvem diretamente no gerenciamento de projetos, denominadas conjuntamente de “agentes de projetos”, são:

- Em projetos do Programa de Modernização do Judiciário (Promojud): Coordenador(a) de Monitoramento, Assessor(a) de Projetos, Líder Técnico(a), Cogestor(a), Patrocinador de Componente e Patrocinador Geral.

- Nos demais projetos do portfólio: Gerente de Projeto e Patrocinador (a).

No âmbito do Promojud, a Resolução do Órgão Especial nº 09/2021 versa sobre seu sistema de governança e estabelece as principais atribuições dos atores envolvidos diretamente na execução do programa. Para os demais projetos do portfólio, o gerente de projetos é o profissional responsável pelo planejamento detalhado e pelo monitoramento da execução das atividades do projeto e tem como foco o cumprimento dos prazos, respeitando as restrições de escopo, qualidade e custos. Por sua vez, o(a) patrocinador(a) é aquele(a) que provê os recursos e dá suporte institucional para o projeto, bem como resolve os riscos, conflitos e problemas que estão além da alçada do(a) gerente de projetos.

Já as atribuições do Escritório Corporativo de Projetos, em linhas gerais, são: monitorar a elaboração e execução de iniciativas estratégicas, desenvolver e implantar metodologia de gerenciamento de projetos, apoiar os agentes de projetos na condução dos projetos estratégicos e prestar suporte à alta administração para a tomada de decisões.

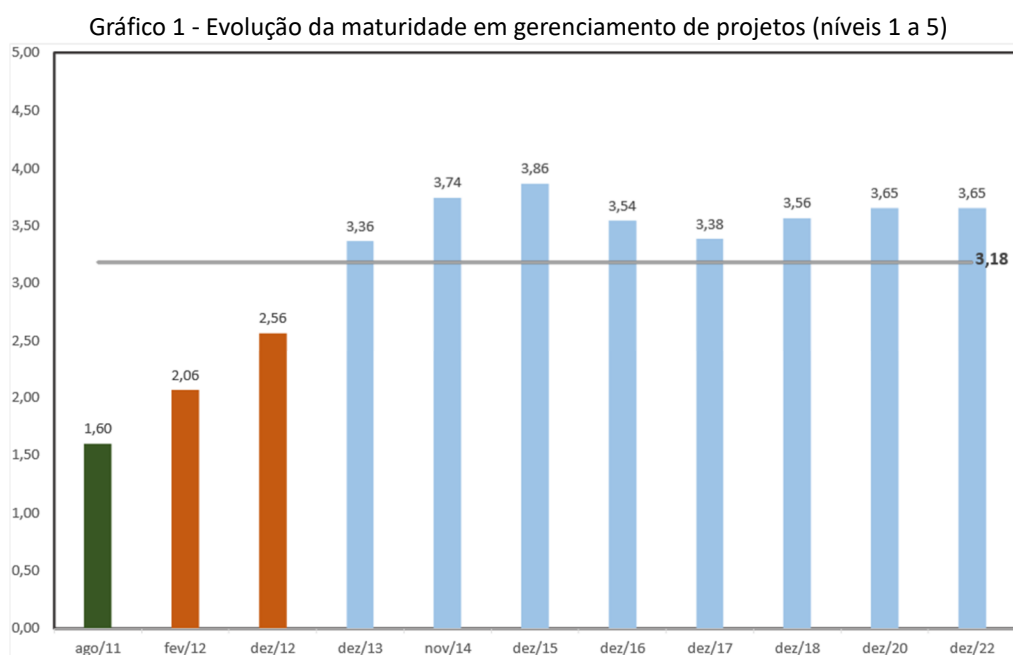


## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

Para acompanhar a evolução de suas práticas relativas ao gerenciamento de projetos, o TJCE adota um modelo de avaliação e medição da sua maturidade com relação à aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas nas atividades de gerenciamento de projetos, visando ao alcance dos objetivos organizacionais. Ou seja, a maturidade em questão diz respeito ao grau de utilização de gerenciamento de projetos na organização.

Desde agosto de 2011, antes da implantação do Escritório Corporativo de Projetos, é realizada uma avaliação (por meio de questionário no modelo Prado-MMGP, que classifica em cinco os níveis de maturidade) para identificar o nível de conhecimento em gerenciamento de projetos do Poder Judiciário do Estado do Ceará (PJCE). Considerando essas avaliações, foram empreendidas diversas ações, no período de 2011 a 2022, com o intuito de aumentar o nível de maturidade em gerenciamento de projetos da instituição.

O resultado geral da avaliação de maturidade em gestão de projetos no PJCE no ano de 2022 foi 3,65 (Gráfico 1), estando, mais uma vez, enquadrada no nível 3 do MMGP. Esse nível pressupõe um cenário onde um modelo padrão de gestão de projetos já foi implementado e está em uso. A análise da maturidade é feita pelo ECP a cada dois anos, e a próxima será realizada no final de 2024.



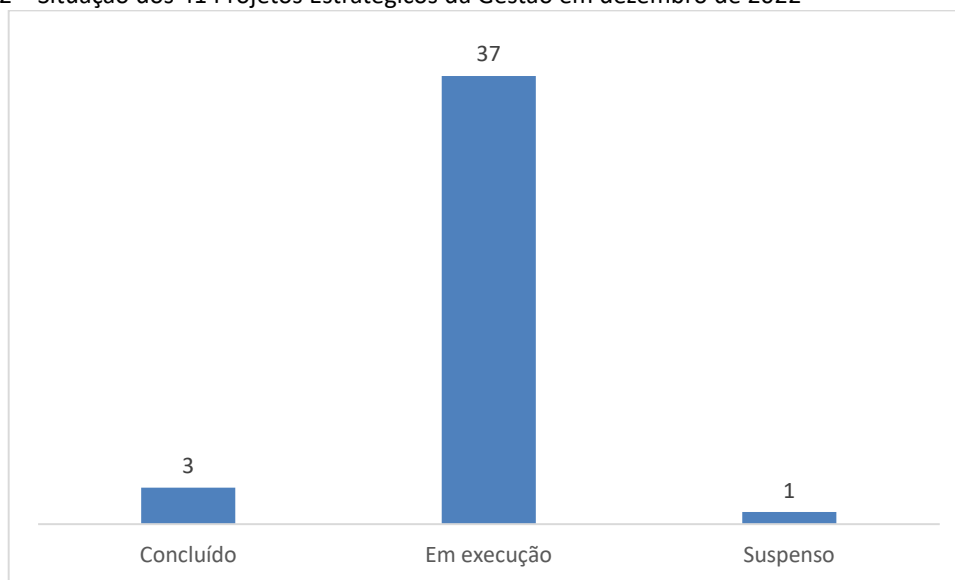
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

O gráfico e os quadros a seguir mostram o acompanhamento da execução dos projetos estratégicos da Gestão 2021-2023 relacionados ao Plano Estratégico 2021-2030 do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Gráfico 2 – Situação dos 41 Projetos Estratégicos da Gestão em dezembro de 2022



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Quadro 1 - Projetos Estratégicos da Gestão 2021-2031 concluídos até dezembro de 2022

Unidade responsável	Projeto	Data de conclusão
SEPLA G	Implantação do Plano Estratégico TJCE 2030	11/08/2021
SEPLA G	Adequação da área administrativa	02/09/2021
SEPLA G	Saneamento de dados para o Data Jud	13/08/2021

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

Quadro 2 - Projeto Estratégico da Gestão 2021-2023 suspenso até dezembro de 2022

Unidade responsável	Projeto	Data da suspensão
SGP	Aprimoramento da gestão por desempenho	06/06/2022

Quadro 3 - Projetos Estratégicos da Gestão 2021-2023 em execução em dezembro de 2022

Unidade responsável	Projeto	Tipo de Planejamento	Previsão de término
SEADI	Aprimoramento da gestão patrimonial	1ª Fase	10/12/2023
SEADI	Plano de Obras	Projeto Completo	26/09/2024
SEADI	Mais Interior	Projeto Completo	07/06/2023
SUPADM	Implantação da gestão orçamentária, financeira e de custos	1ª Fase	29/06/2023
SUPADM	Inteligência artificial na prestação jurisdicional	1ª Fase	11/01/2024
SEFIN	Implantação de solução tecnológica para gestão de recursos sob custódia	1ª Fase	13/09/2023
CGJ	Aperfeiçoamento da gestão da arrecadação	Projeto Completo	30/08/2023
CGJ	Implantação do sistema de correição e inspeção extrajudiciais	Projeto Completo	20/05/2023
SEPLAG	Robotização, aprimoramento e automação de processos de trabalho	1ª Fase	14/06/2023
SEPLAG	Aperfeiçoamento dos modelos de governança e gestão	Projeto	



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

	estratégica	completo	12/04/2024
SEPLAG	Expansão do "+ Gestão"	1ª Fase	10/08/2023
SEPLAG	Fortalecimento da inteligência de dados	1ª Fase	13/04/2023
SEPLAG	Estruturação de dados no sistema judicial	Projeto completo	15/01/2024
SEPLAG	Implantação da LGPD	Projeto completo	11/11/2024
Dr, Ângelo Bianco	Institucionalização e fortalecimento da cultura de inovação	1ª Fase	04/04/2024
Dr, Ângelo Bianco	Implantação da Rede Institucional ODS 2030	Projeto completo	20/01/2023
SETIN	Modernização da infraestrutura tecnológica	Projeto completo	14/10/2024
SETIN	Aprimoramento das políticas e ferramentas de segurança da informação	Projeto completo	01/08/2024
SETIN	Identificação de tecnologias para aprimoramento da prestação jurisdicional	Projeto completo	12/09/2023
SGP e ESMEC	Programa de desenvolvimento de pessoas	1ª fase	09/04/2024
SGP	Implantação do ADMRH	Projeto completo	17/03/2023
SGP	Programa de Gestão de Mudanças e Clima Organizacional	1ª fase	19/12/2023
SGP	Aprimoramento dos processos de aquisição e contratação	1ª fase	05/04/2024
ASSMIL	Fortalecimento da segurança pessoal e física do Poder Judiciário	Projeto	12/03/2024



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

		Completo	
SUPIUD	Unificação do sistema judicial	2ª fase	15/03/2023
SUPIUD	Aprimoramento das Secretarias Judiciárias	Projeto Completo	14/12/2022
Ass. Art 1º Grau	Expansão da implantação da reestruturação judiciária	Projeto Completo	29/03/2023
ASSCOM	Aprimoramento da comunicação interna e externa	1ª fase	13/05/2024
CONJUR	Solução tecnológica para busca integrada de jurisprudências	1ª fase	03/04/2023
Coordenadora dos Juizados Especiais	Fortalecimento do sistema de juizados especiais	Projeto completo	01/03/2023
FCB	AMEFCB	Projeto completo	20/02/2024
FCB	Melhoria da gestão documental	1ª fase	31/01/2023
FCB	Soluções tecnológicas e humanização do atendimento	Projeto completo	05/07/2024
NUPEMEC	Fortalecimento das soluções consensuais de conflito	1ª fase	23/01/2025
ESMEC	Programa de Fortalecimento de Lideranças Femininas	1ª fase	30/07/2024
Dra. Danielle Estevam Albuquerque	Fortalecimento do enfrentamento à violência doméstica	1ª fase	17/08/2023
Desa. Graça Quental	Intensificação da Justiça Restaurativa	1ª fase	11/01/2024



## INDICADORES DE GESTÃO E DE DESEMPENHO

### METAS NACIONAIS

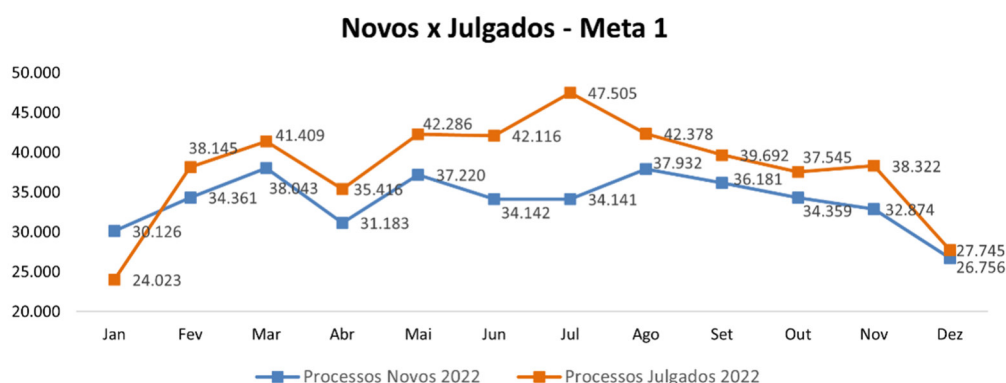
Como resultado geral das ações empreendidas em 2022 em prol do cumprimento das Metas Nacionais pelo TJCE, registram-se os julgamentos de 456.582 processos da meta 1 de 2022; 81.773 processos da meta 2 de 2022; 1.753 processos da meta 4 de 2022; 5.610 processos da Meta 8 de 2022 e 5.299 processos da meta 11, além da realização de 3.354 acordos pré-processuais e do impulsionamento de 645 ações ambientais, conforme se observa nas figuras a seguir.

### META 1 DE 2022 – JULGAR MAIS PROCESSOS QUE OS DISTRIBUÍDOS

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluindo os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Segmento	Novos em 2022	Julgados em 2022	Grau de cumprimento
1º Grau Comum	259.740	304.167	<b>117,10%</b>
2º Grau	67.861	65.730	<b>96,86%</b>
Juizados e Turmas	79.717	86.685	<b>108,74%</b>
<b>TJCE</b>	<b>407.318</b>	<b>456.582</b>	<b>112,09%</b>

Fonte: [https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN\\_MT\\_num\\_meta,1](https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN_MT_num_meta,1) (Painel CNJ)



Fonte: [https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN\\_MT\\_num\\_meta,1](https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN_MT_num_meta,1) (Painel CNJ)





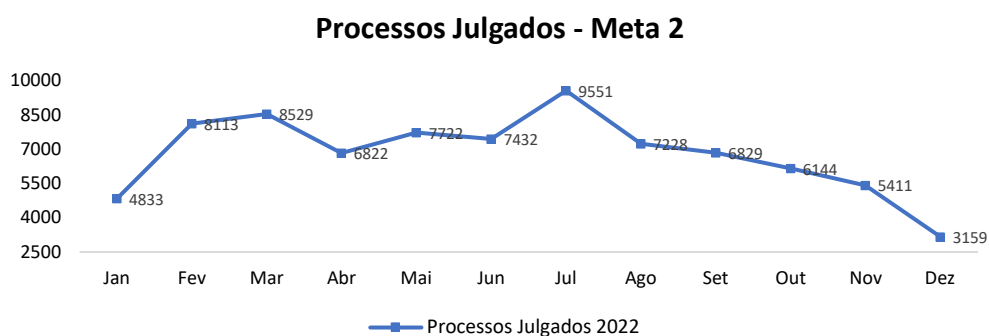
## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

### META 2 – JULGAR PROCESSOS MAIS ANTIGOS

Identificar e julgar até 31/12/2022 pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2018 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Segmento	Acervo 31/12/2021	Julgados em 2022	Grau de cumprimento
1º Grau Comum	203.557	73.405	<b>96,39%</b>
2º Grau	7.241	4.703	<b>116,89%</b>
Juizados e Turmas	3.906	3.665	<b>109,12%</b>

Fonte: [https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN\\_MT\\_num\\_meta,1](https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN_MT_num_meta,1) (Painel CNJ)



Fonte: [https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN\\_MT\\_num\\_meta,1](https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN_MT_num_meta,1) (Painel CNJ)

### META 3 – ESTIMULAR A CONCILIAÇÃO

Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação a 2021.

Tribunal	Conciliações Pré-Processuais 2021	Conciliações Pré-Processuais 2022	Homologações de Acordo 2022	Grau de cumprimento
----------	-----------------------------------	-----------------------------------	-----------------------------	---------------------

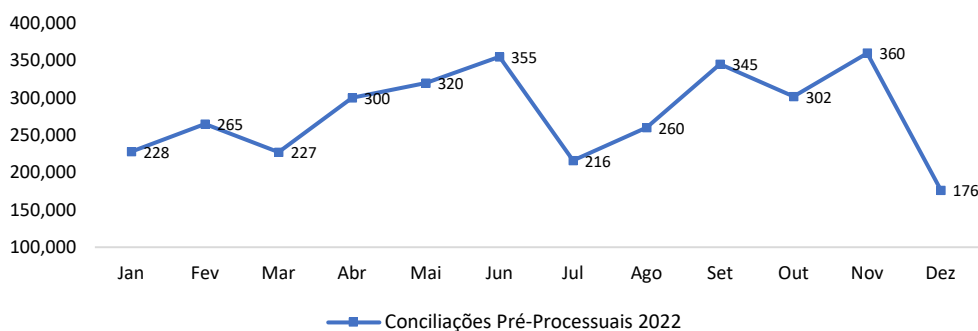


## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

TJCE	2.189	3.354	-	<b>88,00%</b>
------	-------	-------	---	---------------

Fonte: [https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN\\_MT\\_num\\_meta,1](https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN_MT_num_meta,1) (Painel CNJ)

### Conciliações Pré-Processuais 2022



Fonte: [https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN\\_MT\\_num\\_meta,1](https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN_MT_num_meta,1) (Painel CNJ)

### META 4 – PRIORIZAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS RELATIVOS AOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

Identificar e julgar até 31/12/2022 60% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2018, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

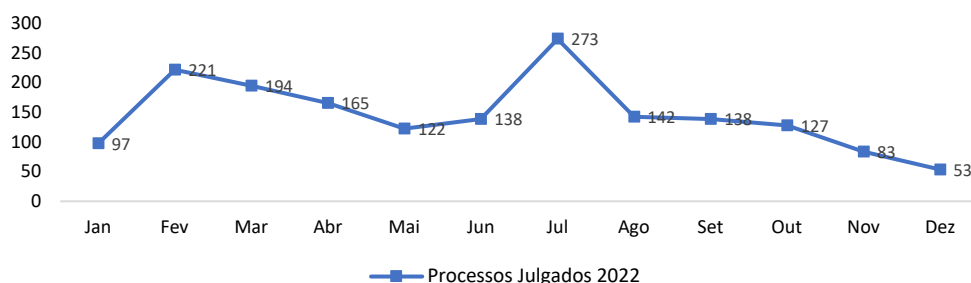
Tribunal	Acervo 31/12/2021	Julgados em 2022	Grau de cumprimento
TJCE	6.263	1.753	<b>93,77%</b>

Fonte: [https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN\\_MT\\_num\\_meta,1](https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN_MT_num_meta,1) (Painel CNJ)



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

### Processos Julgados - Meta 4



Fonte: [https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN\\_MT\\_num\\_meta.1](https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN_MT_num_meta.1) (Painel CNJ)

### META 5 DE 2022 – REDUZIR A TAXA DE CONGESTIONAMENTO

Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento em relação à 2021. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 56%.

$$\text{Cálculo} = \left( \frac{TCCL2021 - 0,02}{TCCL2022} \right) * 100$$

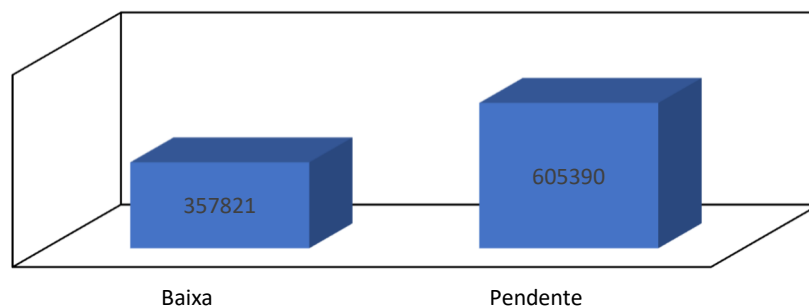
Tribunal	Taxa de Congestionamento Líquida 2021	Taxa de Congestionamento Líquida 2022	TCCL 2021 - TCCL 2022	Grau de cumprimento
TJCE	67,12%	61,08%	6,04%	109,07%

Fonte: [https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN\\_MT\\_num\\_meta.1](https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN_MT_num_meta.1) (Painel CNJ)



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

Baixas x Pendentes 2022 - Meta 5



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

### **META 8 – PRIORIZAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS RELACIONADOS AO FEMINICÍDIO E À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES (JUSTIÇA ESTADUAL)**

Identificar e julgar, até 31/12/2022, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2020 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2020.

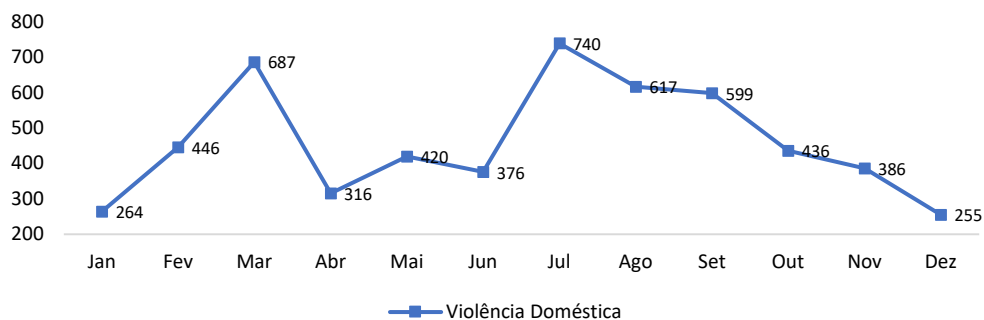
Meta 8	Acervo 31/12/2021	Julgados em 2022	Grau de cumprimento
Violência Doméstica	15.168	5.542	<b>109,82%</b>
Feminicídio	200	68	<b>91,85%</b>

Fonte: [https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5c87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN\\_MT\\_num\\_meta,1](https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5c87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN_MT_num_meta,1) (Painel CNJ)



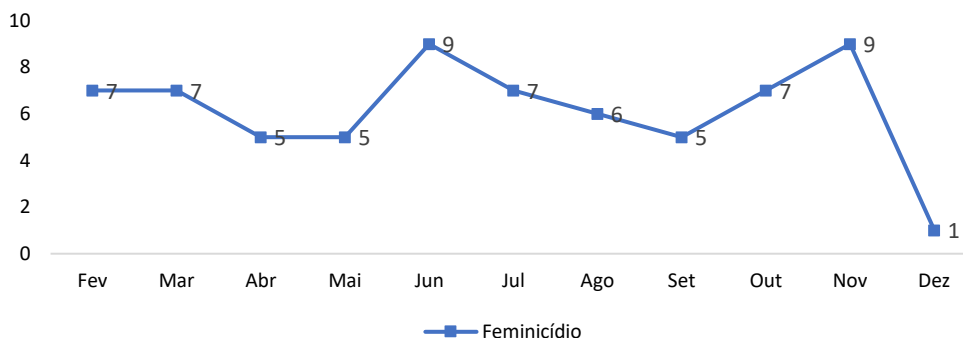
## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

### Processos Julgados - Meta 8



Fonte: [https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN\\_MT\\_num\\_meta.1](https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN_MT_num_meta.1) (Painel CNJ)

### Processos Julgados - Meta 8



Fonte: [https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN\\_MT\\_num\\_meta.1](https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN_MT_num_meta.1) (Painel CNJ)

## META 9 DE 2022 – ESTIMULAR A INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO

Realizar ações que visem a difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.

Tribunal	Percentual de execução da ação	Grau de cumprimento
TJCE	100,00%	100,00%



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

Fonte: [https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,cursel&select=MN\\_MT\\_num\\_meta,1](https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,cursel&select=MN_MT_num_meta,1) (Painel CNJ)

### META 10 DE 2022 – PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL – JUSTIÇA 4.0

Implementar, durante o ano de 2022, as ações do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal.

Tribunal	Grau de cumprimento
TJCE	<b>81,54%</b>

Fonte: [https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,cursel&select=MN\\_MT\\_num\\_meta,1](https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,cursel&select=MN_MT_num_meta,1) (Painel CNJ)

Segmento	Unidades Judiciárias 2022	Unidades com Balcão Virtual 2022	Sistemas Processuais	Sistemas Processuais conectados à PDPJ
1º Grau Comum	461	461	3	2
2º Grau	63	63	2	2

Fonte: [https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,cursel&select=MN\\_MT\\_num\\_meta,1](https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,cursel&select=MN_MT_num_meta,1) (Painel CNJ)

### META 11 DE 2022 – PROMOVER OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

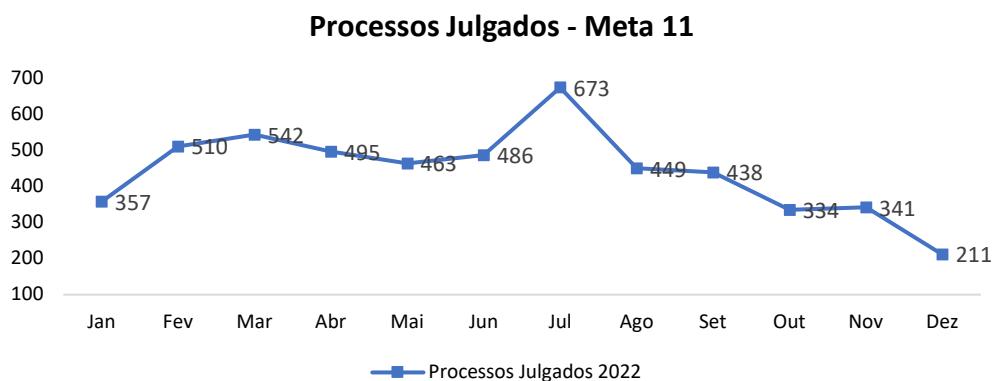
Identificar e julgar até 31/12/2022, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2020.

Segmento	Acervo 31/12/2021	Julgados em 2022	Grau de cumprimento
1º Grau Comum	10.271	5.234	<b>86,78%</b>
2º Grau	122	65	<b>89,74%</b>



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

Fonte: [https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN\\_MT\\_num\\_meta,1](https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN_MT_num_meta,1) (Painel CNJ)



Fonte: [https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN\\_MT\\_num\\_meta,1](https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN_MT_num_meta,1) (Painel CNJ)

### META 12 DE 2022 – IMPULSIONAR OS PROCESSOS DE AÇÕES AMBIENTAIS

Identificar e impulsionar 25% dos processos relacionados às ações ambientais, distribuídos até 31/12/2021.

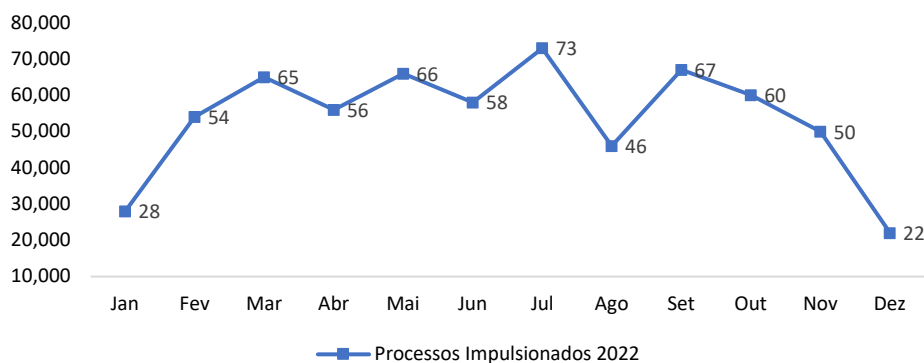
Tribunal	Acervo 31/12/2021	Impulsionados em 2021	Grau de cumprimento
TJCE	2.016	645	<b>128,29%</b>

Fonte: [https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN\\_MT\\_num\\_meta,1](https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=MN_MT_num_meta,1) (Painel CNJ)



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

Processos Impulsionados - Meta 12



Fonte: [https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu.currsel&select=MN\\_MT\\_num\\_meta.1](https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=36dc743e-2d42-4c90-8e27-6a27ec6bcb39&sheet=e82ec4bb-5e87-42c0-94f2-6f8a29768bc4&lang=pt-BR&opt=ctxmenu.currsel&select=MN_MT_num_meta.1) (Painel CNJ)

## JUSTIÇA EM NÚMEROS

O Conselho Nacional de Justiça lança anualmente o Relatório estatístico denominado “Justiça em Números”, que, baseado nos dados fornecidos pelos tribunais de todo o país, apresenta e faz uma análise comparativa dos principais indicadores do Judiciário Nacional relativos ao orçamento, aos recursos humanos, à litigiosidade, à produtividade e ao congestionamento processual. Observe-se que a última edição do Justiça em Números foi lançada em meados de 2022, com dados referentes ao ano de 2021.

No tocante à atividade final do órgão (a lida com a litigiosidade em âmbito estadual), as principais realizações foram traduzidas em indicadores, a seguir discriminados, que versam sobre quantidades de processos em diversas categorias, tais como, *natureza* (se processo de conhecimento ou execução) e *recorribilidade*. Estes dados foram, ainda, divididos por grau (instâncias), nos termos a seguir explicitados (a elaboração dos indicadores é regida pela Resolução nº 76/2009 do CNJ):

Justiça em Números 2022: Casos em Geral

CASOS EM GERAL	
2º GRAU	
Casos Novos no 2º Grau Criminais	16.991
Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais	52.133
Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	10.581





## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	67.079
Recursos Internos no 2º Grau	13.835
Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	7.971
Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	18.368
Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	44.702
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau	18.656
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau	50.340
<b>1º GRAU – CONHECIMENTO</b>	
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	43.955
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	175.186
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	185.166
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	393.319
Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	16.449
Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	10.743
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	73.617
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	198.651
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	82.727
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	199.431
<b>1º GRAU – EXECUÇÃO</b>	
Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	27.728
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	10.560
Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	124.390
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	64.588
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	2.903
Execuções de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	6.270
Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais	28.697
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	9.805
Execuções Pendentes de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	45.849
Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais	49.641
Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	16.130
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais e penais	11.960
Incidentes de Execução Fiscal Julgados no 1º Grau	1
Incidentes de Execução Julgados no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	39
Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau	0
Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	40
Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	25.953
Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	11.004
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	2.287
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	7.770
Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais	16.197
Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	24.187
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	11.287
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau	1.908
Sentenças em Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º grau	6.874
Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal	24.239
<b>TURMA RECURSAL</b>	
Casos Novos nas Turmas Recursais Criminais	226
Casos Novos nas Turmas Recursais Não-criminais	22.451
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais	118



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais	22.451
Recursos Internos nas Turmas Recursais	1.827
Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais	1.010
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais	271
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais	20.682
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal nas Turmas Recursais	258
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal nas Turmas Recursais	27.048
<b>JUIZADO ESPECIAL – CONHECIMENTO</b>	
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	300
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	80.650
Casos Novos Eletrônicos nos Juizados Especiais	87.750
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	919
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	98.532
Recursos Internos da Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais	1.574
Recursos Internos Pendentes nos Juizados Especiais na Fase de Conhecimento	129
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais	769
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais	93.454
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	738
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	102.724
<b>JUIZADO ESPECIAL – EXECUÇÃO</b>	
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	6.802
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	7.056
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	1.826
Execuções Judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	9.442
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	2.920
Execuções Judiciais Pendentes nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	9.583
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	574
Incidentes de Execução Julgados nos Juizados Especiais	0
Incidentes de Execução Pendentes nos Juizados Especiais	0
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	6.841
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de liberdade nos Juizados Especiais	450
Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	6.973
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	7.654
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	203
Sentenças em Execução nos Juizados Especiais Não-Criminais	11.201

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Justiça em Números 2022: Recorribilidade

<b>RECORRIBILIDADE</b>	
<b>2º GRAU</b>	
Recursos à Instância Superior no 2º Grau	8.626
Acórdãos Publicados no 2º Grau	44.220
<b>1º GRAU</b>	
Recursos à Instância Superior no 1º Grau	57.546
Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	134.403
<b>TURMA RECURSAL</b>	



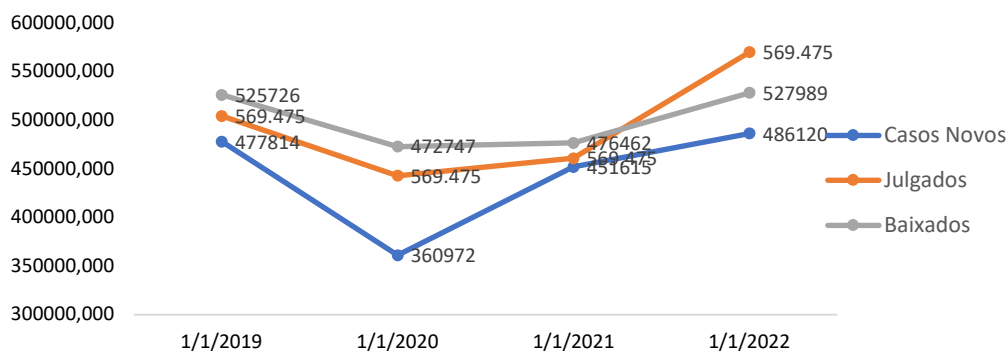
## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

Recurso interno nas Turmas Recursais	1.827
<b>JUIZADO ESPECIAL</b>	
Recursos à Instância Superior nos Juizados Especiais	22.212
Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Externo	119.245
Impugnações a Decisões dos Juizados Especiais	321
Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Impugnação	18.321

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

As tabelas e gráficos a seguir apresentam os principais números relacionados à demanda e à produtividade do TJCE em 2022, com os respectivos percentuais de aumento/redução com relação a exercícios anteriores:

**Novos x Julgados x Baixados - TJCE**



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

**Estoque, Casos Novos, Julgados e Baixados por segmento – 2020-2022**

Tribunal de Justiça	Estoque			Casos Novos			Julgados			Baixados		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022
2º Grau	75.197	74.210	77.660	57.727	58.873	69.124	55.855	59.946	68.996	48.796	63.814	63.070
1º Grau	891.522	891.911	872.758	204.821	273.923	295.299	261.603	275.791	350.653	305.178	294.781	335.479
Turmas Recursais	18.195	20.433	22.569	18.212	22.867	22.677	23.739	20.198	27.306	24.952	20.740	20.953
Juizados Especiais	124.069	122.939	119.010	80.212	95.952	99.020	101.539	104.772	122.520	93.821	97.127	108.487

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

**Carga de Trabalho dos Magistrados em Número de Decisões por Magistrado do TJCE - 2020-2022**

Segmento	Carga de Trabalho por Magistrado			Sentenças/Decisões por Magistrado		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
2º Grau	3.258	3.225	3.208	1.299	1.427	1.380
1º Grau	3.783	3.792	3.398	815	861	967



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

Turmas Recursais	2.117	2.181	2.555	1.079	918	1.517
Juizados Especiais	1.308	1.303	1.352	604	627	725
<b>Média Geral</b>	<b>3.992</b>	<b>3.993</b>	<b>3.899</b>	<b>1.090</b>	<b>1.139</b>	<b>1.334</b>

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

### Carga de Trabalho e Produtividade por Servidor – 2020-2022

Segmento	Casos Novos por Servidor da Área Judiciária			Índice de Produtividade por Servidor da Área Judiciária		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
2º Grau	164	127	148	139	138	135
1º Grau	44	64	72	72	69	82
Turmas Recursais	520	643	687	713	583	635
Juizados Especiais	220	234	253	301	237	277
<b>Média Geral</b>	<b>67</b>	<b>138</b>	<b>83</b>	<b>96</b>	<b>92</b>	<b>90</b>

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

A taxa de congestionamento (TC) mede a relação entre os processos judiciais baixados e o somatório entre baixados e pendentes no final de 2022, ou seja, mostra o percentual de processos que chegam ao final do ano sem resolução. Já a taxa de baixados por caso novo (Tb/Cn) é medida pela relação entre o total de processos judiciais baixados e o total de processos novos, isto é, representa o percentual de saída dos processos em relação aos que entram.

### Evolução da Taxa de Congestionamento – 2020-2022

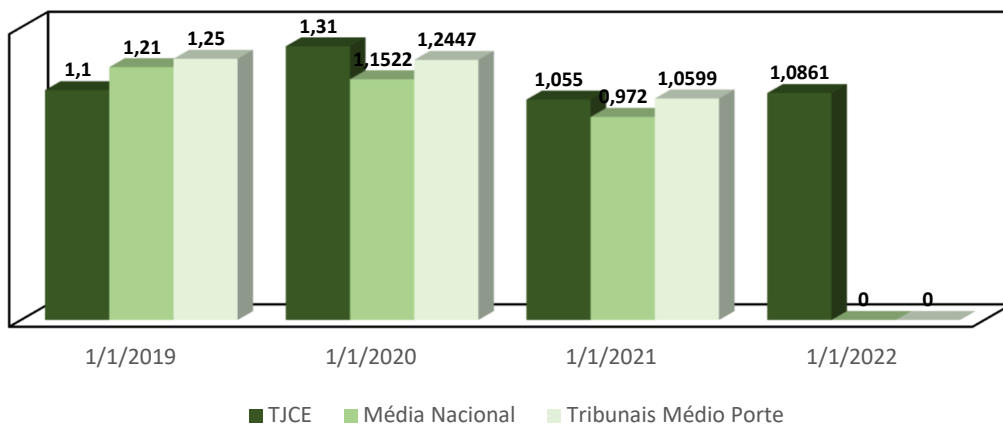
Instância	Taxa de Congestionamento (Geral)		
	2020	2021	2022
2º Grau	60,6%	53,77%	55,18%
1º Grau	74,5%	75,16%	72,23%
Turmas Recursais	42,2%	49,63%	51,86%
Juizados Especiais	56,9%	55,86%	52,31%
<b>Média Geral</b>	<b>70,1%</b>	<b>69,96%</b>	<b>67,41%</b>

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

Baixados/Casos Novos



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão



## **RESULTADOS DAS METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO NO PPA em 2022**

No que diz respeito aos resultados obtidos em 2022 dos indicadores de desempenho previstos e aprovados no tema estratégico “5.1–Justiça” do Eixo “5–Ceará Pacífico” constantes no Plano Plurianual (PPA 2020-2023) para os quais o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ-CE), na qualidade de órgão gestor, contribui quando da execução de seus programas temáticos de governo (Programas nº “512–Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional”, e nº “513–Integração do Sistema de Justiça Criminal-Integra”), a Tabela 1 traz os resultados apurados do desempenho dos indicadores dos programas.

**Tabela 1-Desempenho dos Indicadores dos programas**

<b>PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL</b>						
<b>Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça</b>						
<b>Indicador de Resultado</b>	<b>Unidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Meta</b>	<b>Resultado</b>	<b>% Realização</b>	<b>Situação do indicador</b>
Sentenças proferidas por magistrado	Sentença por magistrado	2022	1.346	1.395	103,64	Favorável e tende a permanecer no mesmo nível
Índice de produtividade do servidor	Processo por servidor	2022	122	90,51	74,19	Desfavorável, mas tende a melhorar
Taxa de congestionamento	Percentual	2022	64,90	66,62	97,35	Favorável e tende a melhorar
Índice de atendimento à demanda	Percentual	2022	113,76	106,98	94,04	Favorável e tende a melhorar
<b>PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)</b>						
<b>Objetivo: Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária</b>						



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.						
Resultado						indicador
Quantidade de serviços tecnológicos da área criminal e infracional integrados	Número	2022	1	-	-	Descontinuado

Fonte: SEPLAG/SIMA (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023– Período: janeiro até dezembro de 2022).

Ao analisar o indicador “*Sentenças proferidas por magistrado*”, destaca-se que, com a progressiva retomada dos trabalhos habituais e as novas nomeações, os magistrados conseguiram cumprir e até mesmo ultrapassar a meta anual de sentenças proferidas. Como resultado, o indicador apresentou um desempenho favorável no ano de 2022, com bons resultados obtidos nos dois semestres, alcançando percentual de realização anual de 103,64%, superando, dessa forma, a meta projetada para o ano.

Com relação ao indicador “*Índice de produtividade do servidor*”, este apresentou um desempenho desfavorável, com o resultado obtido um pouco abaixo do esperado para o ano de 2022, alcançando percentual de realização de apenas 74,19% em relação à meta projetada para o ano. Tendo em vista que o índice mede a relação entre o volume de processos baixados e o número de servidores que atuaram no período, os resultados durante o ano de 2022 foram impactados pelo ingresso de novos servidores, que ocorreu tanto em 2021 quanto ao longo de 2022, o que demanda um pouco mais de tempo para alavancar a produtividade, levando em conta que existe uma curva de aprendizado a ser alcançada, quando então a situação do indicador tende a apresentar melhoras em seu desempenho.

Acerca do “*Taxa de congestionamento*” mede o percentual de processos que não são finalizados no ano, cuja baixa definitiva do processo ocorre quando todas as determinações constantes na sua sentença foram cumpridas pelas partes litigantes. Desse modo, ocorrendo o trânsito em julgado e não havendo mais movimentações processuais necessárias e/ou pendentes, o processo poderá ser baixado definitivamente, não contabilizando mais para o acervo pendente do Tribunal. Portanto, quanto menor for a taxa, maior será a facilidade de o Tribunal em lidar com seu estoque de processos.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

Este indicador apresentou um desempenho favorável durante o ano de 2022, alcançando percentual de realização de 97,35%, bem próximo de atingir à meta projetada para o ano, o que demonstra a busca de o TJ-CE promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional.

O “Índice de atendimento à demanda processual” do Poder Judiciário reflete a capacidade de o Tribunal dar vazão ao volume de casos ingressados. Quando o índice é inferior ao patamar de 100%, há aumento no número de casos pendentes. O referido indicador apresentou um desempenho favorável e promissor durante o ano de 2022, visto que alcançou percentual de realização de 94,04% bem próximo à meta projetada para o ano. Considerando que o indicador mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos no mesmo período, seu resultado de 106,98%, que se manteve superior a 100%, evidencia os esforços de o Tribunal dar vazão ao volume de casos ingressados, permitindo reduzir o número de casos pendentes.

Por fim, acerca do indicador “Quantidade de serviços tecnológicos da área criminal e infracional integrados”, vale destacar que o projeto estratégico “Padronização e integração do mandado de prisão”, que previa a integração dos serviços de envio e cumprimento do mandado de prisão, além do contramandado de prisão, acabou sendo descontinuado, uma vez que a SSPDS/PCCE substituiu seu sistema por meio do qual haveria a integração, tornando impossibilitada a continuidade do referido projeto para permitir a integração com o sistema do TJCE, de modo que nenhuma entrega efetiva foi realizada em 2022. Dessa forma, não há mais possibilidade de atualizações no que diz respeito à entrega SERVIÇO TECNOLÓGICO INTEGRADO, que previa a integração dos sistemas a ser realizada por meio de tecnologia Web Service. Os agentes envolvidos, após realizar uma análise de viabilidade do Programa, decidiram sobre sua descontinuidade no âmbito do PPA, dada sua inviabilidade, especialmente para a concepção do próximo plano de governo.

Na Tabela 2 são apresentadas informações referentes ao desempenho físico das entregas de iniciativas dos programas em 2022.

Tabela 2-Desempenho físico das Entregas dos Programas

PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL								
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça								
Iniciativa	Entrega	Unidade	Meta física programada para 2022	Realizado em 2022	% Execução Física	Loa + créditos 2022	Empenhado 2022	% Execução orçamentária - financeira





## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

512.1.01 - Qualificação da prestação jurisdicional	409-PESSOA CAPACITADA	Número Absoluto	2.108,00	2.505,00	118,83	4.583.950,00	2.074.296,47	45,25
	950 - MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO	Percentual	20,00	0,00	0,00	761.692,00	171.695,86	22,54
	1.637 - SISTEMA DE GESTÃO MODERNIZADO	Percentual	30,00	0,00	0,00	9.795.382,00	4.490.940,30	45,85
512.1.02- Promoção da oferta de serviços judiciais	1.350 - UNIDADE JUDICIÁRIA MANTIDA	Número Absoluto	514,00	581,00	113,04	1.210.824.463,84	1.194.780.931,85	98,67
512.1.03 - Qualificação da estrutura física e tecnológica da oferta dos serviços judiciais.	477-PROJETO IMPLANTADO	Percentual	25,00	0,00	0,00	14.024.952,00	12.721.198,65	90,70
	1.348-UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA	Número Absoluto	181,00	302,00	166,85	38.842.578,65	32.224.352,90	82,96
512.1.04 - Promoção de serviço cartorário gratuito.	1.606-SERVIÇO EXTRAJUDICIAL OFERTADO	Número Absoluto	366.165,00	384.456,00	105,00	31.422.624,00	30.884.875,47	98,29
512.1.05 - Implantação da transformação digital para aprimoramen to dos serviços ao cidadão.	1.664-SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	Percentual	28,00	0,00	0,00	18.688.276,00	15.336.606,71	82,07

### PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)

**Objetivo:** Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.

Iniciativa	Entrega	Unidade	Meta programada para 2022	Realizado em 2022	% Execução Física	Loa + créditos 2022	Empenhado 2022	% Execução orçamentária - financeira
513.1.01 - Qualificação da comunicação entre os	1.485-SERVIÇO TECNOLÓGICO INTEGRADO	Número Absoluto	1,00	0,00	0,00	76.100,00	0,00	0,00



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

órgãos do Sistema de Justiça Criminal.								
--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: SEPLAG/SIMA (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023 – Período: janeiro até dezembro de 2022).

No que concerne ao Programa “512-EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL”, as principais realizações concluídas em 2022 dizem respeito às seguintes entregas: 2.505 pessoas capacitadas, 581 unidades judiciárias mantidas, 384.456 serviços cartorários gratuitos ofertados e 302 unidades judiciárias estruturadas.

Destacam-se os seguintes pontos: 1) o programa de capacitação de servidores e magistrados foi executado de forma a alcançar um percentual de execução física de 118,83% da meta anual estipulada para 2022, a despeito de uma execução financeira bem inferior, o que pode ser explicado pelo fato da oferta de cursos e capacitações terem ocorrido em sua grande parte por formadores internos, cujo custo é bem menor do que a contratação de formadores externos (de mercado), além dos recursos previstos provenientes do financiamento pelo BID terem sido pouco executados tendo em vista a política restritiva de liberação e aplicação de recursos pelo banco; 2) a manutenção das unidades judiciárias também atingiu um percentual de execução física de 113,04% da meta anual estipulada; 3) os serviços cartorários alcançaram um percentual de execução física de 105%; e 4) a estruturação de unidades judiciárias, a fim de contribuir para a qualificação da estrutura física e tecnológica da oferta dos serviços judiciais atingiram um percentual de execução física de 166,85%, cujo resultado se deve principalmente à substituição de sistema judicial antigo por novo, através da substituição de microcomputadores e notebooks e da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) em várias unidades e comarcas do interior.

Cabe esclarecer que as demais entregas do programa “512-EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL” (“950-MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO”, “1.637-SISTEMA DE GESTÃO MODERNIZADO”, “477-PROJETO IMPLANTADO” e “1.664-SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA”), relacionados aos projetos dos produtos do Programa de Modernização do Judiciário (Promojud), a despeito de terem apresentado execução financeira, por conta da mudança na regra e exigência do agente financiador (BID) quanto à mensuração do progresso físico das entregas referentes ao Promojud, não foi possível



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

mensurar a execução física delas de acordo com a metodologia que foi anteriormente estabelecida. Na adequação do PPA, que ocorreu no final de 2022, foi estabelecida uma nova metodologia para mensuração que será aplicada a partir de 2023, tendo em vista que o acompanhamento da execução física dos produtos do Promojud pelo Banco será baseado na elaboração de relatórios anuais informando o avanço dos produtos, por este motivo não foi possível mensurar a realização das referidas entregas em 2022, de acordo com a metodologia em vigor.

A despeito disso, vale destacar que o programa *512-EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL* apresentou um progresso satisfatório no que concerne às suas demais realizações já alcançadas com as outras entregas, o que tende a melhorar no exercício de 2023, à medida que as entregas do Promojud possam ser adequadamente mensuradas com a aplicação da nova metodologia de mensuração a ser implementada em 2023.

Quanto aos indicadores do programa, conforme já mencionado, todos apresentaram resultados satisfatórios, com alguns ultrapassando ou ficando bem próximos da meta: o *Índice de atendimento à demanda* alcançou percentual de realização de 94,04% em relação à meta anual; a *Taxa de congestionamento* ficou próximo da meta prevista, com percentual de realização de 97,35%; *Sentenças proferidas por magistrado* ultrapassou a meta anual com 103,64% de realização; e *Índice de produtividade do servidor*, com 74,19% de realização.

Já com relação ao Programa “*513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)*”, nenhuma entrega efetiva referente ao “*SERVIÇO TECNOLÓGICO INTEGRADO*” foi realizada no período de janeiro a dezembro de 2022, tendo em vista que o Projeto de Padronização e Integração do Mandado de Prisão acabou sendo descontinuado, conforme relatado anteriormente.

Dando continuidade à análise, nas Tabelas 4 e 5 são evidenciados o desempenho orçamentário e financeiro dos programas por Órgão Executor e por Fonte de Recursos durante o exercício de 2022.

**Tabela 4-Desempenho Orçamentário/Financeiro dos Programas (por Órgão Executor)**

<b>PROGRAMA 512-EXCELENCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL</b>
<b>Objetivo:</b> Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça
<b>Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)</b>



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

Órgão Executor	Lei+Créditos(A)	Empenhado(B)	Pago(C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
TJ	1.157.602.110,09	1.131.783.921,48	1.113.098.291,94	97,77	96,16
FERMOJU	151.982.255,40	144.841.783,26	117.387.038,95	95,30	77,24
FUNSEG	3.225.610,00	1.552.117,78	1.075.712,77	48,12	33,35
FECDOJ	16.133.943,00	14.507.075,69	14.507.075,69	89,92	89,92
<b>TOTAL</b>	<b>1.328.943.918,49</b>	<b>1.292.684.898,21</b>	<b>1.246.068.119,35</b>	<b>97,27</b>	<b>93,76</b>

### PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)

**Objetivo:** Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.

#### Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)

Órgão Executor	Lei+Créditos(A)	Empenhado(B)	Pago(C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
TJ	-	-	-	-	-
FERMOJU	76.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNSEG	-	-	-	-	-
FECDOJ	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>76.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023 - Período: janeiro até dezembro de 2022).

Tabela 5-Desempenho Orçamentário/Financeiro dos Programas (por Fonte de Recursos)

### PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

**Objetivo:** Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça

#### Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

Fonte	Lei+Créditos(A)	Empenhado(B)	Pago(C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
48 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	41.652.716,00	28.969.033,32	28.016.992,44	69,55	67,26
70 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	121.486.549,40	113.366.233,47	85.685.509,28	93,32	70,53
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	404.405.206,09	394.572.580,66	377.256.728,92	97,57	93,29
29 - RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	37.621.714,00	36.811.097,35	36.560.672,22	97,85	97,18
01 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	723.777.733,00	718.965.953,41	718.548.216,49	99,34	99,28
<b>TOTAL</b>	<b>1.328.943.918,49</b>	<b>1.292.684.898,21</b>	<b>1.246.068.119,35</b>	<b>97,27</b>	<b>93,76</b>

### PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)

**Objetivo:** Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.

#### Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)

Fonte	Lei+Créditos(A)	Empenhado(B)	Pago(C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
70 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	76.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>76.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023 - Período: janeiro até dezembro de 2022).



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

É possível verificar que, no geral, em 2022 houve um bom desempenho do Programa 512, em termos de execução orçamentário-financeira, chegando a alcançar um patamar de execução superior a 90% do orçamento autorizado para o Programa. Do mesmo modo, os órgãos executores do programa também apresentaram desempenho satisfatório, especialmente TJ, FERMOJU e FECDOJ, cujos percentuais de execução orçamentário-financeira ultrapassaram ou se aproximaram dos 90% do orçamento aprovado, contribuindo, positivamente, para a execução do referido programa, assim como as Fontes de Recursos *00 - RECURSOS ORDINÁRIOS, 01 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO, 29 - RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE e 70 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS*. Apenas a Fonte *48 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS* apresentou execução orçamentário-financeira num patamar abaixo das outras fontes, tendo em vista atrasos que ocorreram em virtude da liberação de recursos do financiamento e do ajuste no planejamento das contratações autorizadas pelo Banco, porém já apresentou uma melhor execução se comparada ao ano de 2021 (ano de realização do empréstimo junto ao BID, mas que foi marcado pelo atraso na assinatura do contrato), o que não gerou entraves para o bom desempenho orçamentário-financeiro geral apresentado pelo Programa 512.

Por outro lado, o programa 513 não apresentou nenhum valor de execução orçamentário-financeira em 2022 para o referido programa, evidenciando sua dificuldade de implementação que culminou na proposta de sua descontinuidade por motivações já relatadas anteriormente.



## RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará é composto de 4 unidades orçamentárias em sua estrutura, que são:

- Tribunal de Justiça - CNPJ 09.444.530./0001-01;
- Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FER-MOJU – CNPJ 41.655.846/0001-47;
- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG - CNPJ 16.368.546/0001-30; e
- Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça – FECDOJ – CNPJ 28.686.205/0001-91.

Cada um desses órgãos possui orçamento e execução orçamentária e financeira distintos, apresentando o FUNSEG a seguinte execução orçamentária em 2022:



ESTADO DO CEARÁ  
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2022  
LEI Nº 17.860, de 29/12/2021  
Consolidado por Órgão e Grupo de Despesa

Acumulado até: DEZEMBRO  
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.396.318.546,00	1.484.666.493,00	1.456.278.699,87	1.432.564.157,15	98,09	96,49
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.199.000.000,00	1.237.329.181,00	1.223.524.305,65	1.204.707.198,02	98,88	97,36
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	169.542.943,00	219.360.597,00	207.266.694,80	202.744.033,06	94,49	92,43
44 INVESTIMENTOS	27.775.603,00	27.976.715,00	25.487.699,42	25.112.926,07	91,10	89,76
04200001 FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	159.500.000,00	198.385.060,34	186.138.821,53	156.731.935,67	93,83	79,00
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	146.970.208,00	163.761.623,69	155.325.113,89	142.708.848,21	94,85	87,14
44 INVESTIMENTOS	12.529.792,00	34.623.436,65	30.813.707,64	14.023.087,46	89,00	40,50
04200003 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	3.551.006,00	3.916.006,00	2.103.179,75	1.558.139,12	53,71	39,79
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	690.396,00	690.396,00	551.061,97	482.426,35	79,82	69,88
44 INVESTIMENTOS	2.860.610,00	3.225.610,00	1.552.117,78	1.075.712,77	48,12	33,35
04200004 FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	10.313.153,00	16.133.943,00	14.507.075,69	14.507.075,69	89,92	89,92
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.313.153,00	16.133.943,00	14.507.075,69	14.507.075,69	89,92	89,92
<b>Total Geral</b>	<b>1.569.682.705,00</b>	<b>1.703.101.502,34</b>	<b>1.659.027.776,84</b>	<b>1.605.361.307,63</b>	<b>97,41</b>	<b>94,26</b>

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE



## Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG

Relativamente ao Grupo de Despesa Outras Despesas Correntes, tem-se o seguinte detalhamento:



ESTADO DO CEARÁ  
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2022  
LEI Nº 17.860, de 29/12/2021  
Consolidado por Órgão e Elemento

Acumulado até: DEZEMBRO  
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04200003 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	690.396,00	690.396,00	551.061,97	482.426,35	79,82	69,88
30 MATERIAL DE CONSUMO	0,00	35.000,00	30.254,85	9.073,15	86,44	25,92
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	690.396,00	597.985,00	463.397,38	415.943,46	77,49	69,56
92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	57.411,00	57.409,74	57.409,74	100,00	100,00

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Investimentos, tem-se o seguinte detalhamento:



ESTADO DO CEARÁ  
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2022  
LEI Nº 17.860, de 29/12/2021  
Consolidado por Órgão e Elemento

Acumulado até: DEZEMBRO  
PERCENTUAL S/ AUTORIZADO

Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
04200003 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	2.860.610,00	3.225.610,00	1.552.117,78	1.075.712,77	48,12	33,35
51 OBRAS E INSTALAÇÕES	1.121.610,00	1.426.396,85	1.408.325,21	939.059,43	98,73	65,83
52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.739.000,00	1.655.370,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	143.843,15	143.792,57	136.653,34	99,96	95,00

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE





---

**Relatório de Desempenho da Gestão 2022 – FUNSEG**

**TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO,  
ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU  
INSTRUMENTOS CONGÊNERES OUTROS**

---

O Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG, no exercício de 2022, não recebeu nenhum recurso por transferências mediante convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

Eis, em síntese, o que se tinha a relatar.

Atenciosamente,

Rafaella Lopes Ferreira  
**Secretária de Planejamento e Gestão**